



# I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ENSINO

FORMAÇÃO DOCENTE, TECNOLOGIAS E DIVERSIDADE

02 a 04 de Agosto de 2023



## O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO E A REFORMA CURRICULAR: IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Fabiana dos Santos Silva <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB-campus de Vitória da Conquista – BA.

### Resumo

Nesta pesquisa, apresenta-se uma análise sobre o lugar da Sociologia na reforma curricular do Ensino Médio. Trata-se de uma abordagem qualitativa baseada no levantamento bibliográfico e documental. Os resultados obtidos levaram a concluir que a partir da reforma curricular junto à Sociologia, fica ameaçada a formação crítica e o aprofundamento nas temáticas sociais, políticas, culturais e econômicas. A sua colocação enquanto disciplina de considerável formação humana e analítica não pode se perder. Para impedir mais retrocessos é fundamental, no curto prazo, um acompanhamento no tocante às próximas decisões em torno do debate da reforma curricular do Ensino Médio.

**Palavras-chave:** BNCC; Currículo; Reforma do Ensino Médio.

### Introdução

Na educação, a Sociologia busca estudar os processos sociais do ensino e a aprendizagem da disciplina de sociologia nas salas de aula a partir das relações sociais do cotidiano dos alunos. Nesse sentido, Bourdieu (2004) chama atenção para a importância do ensino de sociologia ao refletir sobre a influência do ensino à formação social do aluno por incitar reflexões de ações passadas para que se possa entender o presente, possibilitando compreender as transformações sociais ao longo do tempo sendo possível construir um ensino qualitativo e participativo na formação social.

Além do mais, a Sociologia promove o desenvolvimento de um olhar desnaturalizado dos fenômenos sociais, enxergando-os sob uma perspectiva histórica, relacional e dialética, o que fomenta uma postura crítica diante do mundo, possibilitando aos alunos inserção consciente nos diversos espaços da sociedade.

A Lei nº 11.684/2008 tornou o ensino de Sociologia obrigatório nos três anos do Ensino Médio até a promulgação da Medida Provisória 746 de 2016 que se alongou em consequentes aprovação no Congresso Nacional para tornar-se a Lei 13.415 de 2017, que retira a obrigatoriedade da Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física, trazendo uma preocupação com o desenvolvimento crítico do jovem estudante sobre a sua própria trajetória social além do que, lança um futuro duvidoso para os profissionais licenciados dos cursos das respectivas áreas de atuação.

Considerando a fase ainda incipiente da inserção da disciplina de Sociologia no ensino médio nos currículos escolares (menos de 10 anos), supõe-se que os impactos da Reforma do Ensino Médio podem ser ainda mais desastrosos para esta disciplina, fragilizando sua atuação ainda mais, mediante o desestímulo provocado nos professores pelas ameaças de sua permanência nos currículos escolares.

## **Metodologia**

Para elaboração desta pesquisa utilizou-se a pesquisa qualitativa com análise discursiva dos fundamentos dialéticos (BAKHTIN, 2012) baseada no levantamento bibliográfico e documental, a partir dos documentos oficiais da Educação brasileira, BNCC; OCEM, bem como autores que versam sobre currículo, ensino médio e ensino de Sociologia. Dessarte, para elucidação sobre a temática exposta, foi realizado o levantamento bibliográfico e eletrônico onde foram encontrados alguns trabalhos relacionados, que abordam sobre o Currículo, Ensino Médio e o Ensino de Sociologia. Dentre os subsídios que contribuíram para o desenvolvimento teórico dessa pesquisa.

## **Resultados e discussão**

O uso de medida provisória como instrumento de aplicação de mudanças estruturais em políticas públicas expõe um governo com dificuldades de diálogo junto à sociedade. Reside nesse aspecto a primeira característica antidemocrática da reforma do ensino médio. Sua aprovação no Congresso também ocorreu de maneira

acelerada, impedindo uma discussão mais profunda entre estudantes, professores e profissionais da área educacional a fim de avaliar os reais impactos desta medida (FERREIRA; SANTANA, 2018).

De modo preocupante, a reforma do ensino médio desconsidera os avanços e as orientações do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/2014), aprovado em junho de 2014 após debate público e participação popular, sendo um instrumento de planejamento orientado à execução e ao aprimoramento de políticas públicas do setor entre 2014 e 2024.

A versão apresentada pelo Ministério da Educação (ME) em abril de 2018 foi a terceira desde o início do processo de elaboração, mas ainda não sendo definitiva, já que será analisada e votada pelo CNE após a realização de audiências públicas pelo Brasil. Somente depois da aprovação final, estados, municípios e a rede privada deverão reelaborar os seus currículos. Futuramente e provavelmente depois de 2020, também o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) precisará ser remodelado (FERREIRA; SANTANA, 2018).

O ponto central a ser ressaltado é que, conforme a nova Lei, não há obrigatoriedade de oferta de todos os eixos formativos pelas escolas, ficando a cargo de cada instituição definir quais efetivamente serão oferecidos aos estudantes. Observando os problemas de infraestrutura da maioria das escolas públicas, como a “ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e atividade artístico-culturais” (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p. 120), chega-se a imaginar que muitos serão os obstáculos para que as escolas ofereçam todos os itinerários formativos.

O afinilamento do currículo, com a retirada de disciplinas de demarcada importância, compromete a qualidade do ensino e vai contra a concepção de formação integrada que busca munir o estudante de instrumentos essenciais à compreensão de sua realidade (MOURA; LIMA FILHO, 2017).

Desde o seu retorno como disciplina obrigatória nos três anos do ensino médio em 2008, a Sociologia tem reforçado as razões para a sua presença na educação básica. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) ilustram as contribuições da disciplina para a formação da juventude brasileira: “As razões pelas

quais a Sociologia deve estar presente no currículo do ensino médio são diversas. A mais imediata (...) é sobre o papel (...) na formação do aluno e em sua preparação para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2006, p. 109).

Ao se refletir sobre o lugar da Sociologia na educação básica, Ferreira e Santana (2018) apontam que suas aulas proporcionam ao estudante o contato com ferramentas de potencial análise do mundo de forma crítica e abrangente. A “desnaturalização” e o “estranhamento”, métodos de observação desta ciência social, permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um amplo processo histórico e social.

Nesse sentido, os currículos abordam, teórica e conceitualmente, temáticas sensíveis à vida em sociedade como cultura, relação entre indivíduo e sociedade, desigualdades, movimentos sociais, ideologia e alienação, formação do Estado brasileiro, relações étnico-raciais, papéis de gênero, globalização, questão fundiária, campo e cidade, organizações políticas e Estado Moderno, democracia e cidadania, direitos civis, sociais e políticos, modos históricos de produção, mercado de trabalho, meios de comunicação e indústria cultural, fluxos migratórios, dentre outros (FERREIRA; SANTANA, 2018).

Essa perspectiva emancipadora faz com que a Sociologia desperte o enfrentamento de defensores de uma educação conservadora. Como materialização da ofensiva contra algumas áreas formativas, a primeira proposta de reforma oferecida pelo governo Temer retirava a obrigatoriedade do ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia do currículo. Após forte mobilização social, o texto final foi modificado pelo Congresso, passando a apresentar a já mencionada obrigatoriedade de “estudos e práticas” destas disciplinas.

A importância da disciplina de Sociologia pode ser discutida de uma maneira compreensiva, ou seja, considerando todas as variantes que podem interferir em sua boa ou má reputação perante as forças que tentam tirar sua autonomia: o mercado, a família, o Estado, a Igreja, os costumes, etc. Desse modo, pressupõe-se que seja preciso considerar as visões de mundo dos sujeitos de pesquisa, os especialistas na área de Currículo e Ensino de Sociologia.

Os estudos de Karl Mannheim sobre a Sociologia Compreensiva podem auxiliar nisso, uma vez que todo problema social pode ser teorizado, logo,

A teorização não começa com a ciência; a experiência cotidiana pré-científica também está permeada de teoria. A vida vivida (*gelebte Leben*), é um fluxo constante, que oscila entre um polo teórico e um polo ateórico, envolvendo uma constante mistura e rearranjo de diferentes categorias de origens distintas. E assim, também o “vivido” originalmente no campo ateórico teve sua função teórica, sua justificação, seu sentido e possibilidade (MANNHEIM, 2012, p. 40).

Portanto, ao procurar transformar a visão de mundo dos especialistas em Currículo e Ensino de Sociologia em objeto de análise, corrobora-se com a necessidade apontada por Mannheim, segundo a qual esse conceito só poderia ser interpretado a partir de um método documentário. A visão de mundo conduz à abordagem documentária pela necessidade objetiva de se buscar o seu significado. O significado da retirada da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio é o que se procura buscar com este trabalho.

A permanência da Sociologia como unidade curricular dependerá da resistência das escolas. Na elaboração de seus projetos pedagógicos, em função da reorganização que virá as escolas podem manter o ensino desta disciplina tão importante. A melhor estratégia de resistência, neste momento, parece estar na ação dos professores: começando por seus estudantes e pelo Conselho de Escola, eles podem iniciar um movimento de conscientização: sobre a continuidade da Sociologia como unidade curricular; e sobre sua importância na formação humana. A partir daí, em união com os professores da escola, do município, do estado e do país, os professores podem e devem lutar para que os projetos pedagógicos das escolas conservem a Sociologia.

O ensino é um modelo muito enciclopédico, que vem do Iluminismo. Por isso, os professores precisam trabalhar mais a resolução de problemas a partir de contextos, que é um dos centros da proposta da BNCC. Porém a grande dificuldade em trazer professores com esse perfil para a sala de aula, acontece a partir de que a própria educação que eles receberam foi contrária a esse modelo: o professor vem de um Ensino Médio expositivo, conceitual e de memorização. A escola é a não-

experiência, enquanto a gente vive a sociedade da experiência (PORTAL EDUCADOR 360, 2018).

Portanto acredita na grande relevância dos professores mais velhos em continuar atuando, especialmente para guiar os mais novos, que também trarão ideias inovadoras com o objetivo final de uma troca de experiências capaz de resgatar uma relevância maior do ensino.

### **Conclusões**

Diante do exposto, questiona-se as possíveis consequências da Lei 13.415/2017, principalmente no que se refere ao acesso efetivo à educação pública, uma vez que as alterações propostas podem servir apenas para acirrar as disparidades já existentes.

Em relação à Sociologia, a reforma revigora uma série de incertezas que podem interromper um período de estabilidade da disciplina, dificultando um trajeto exitoso que vem sendo alcançado Brasil adentro no que se refere à produção de um campo de conhecimento direcionado, em última instância, à emancipação do aluno.

Acredita-se que o ensino de Sociologia assim como das Ciências Humanas é extremamente importante para o fortalecimento e preservação da democracia no Brasil. Essas disciplinas – Artes, Sociologia, Filosofia, Geografia, História e Educação Física – são muito valiosas na formação de um mundo onde se possa respeitar as diferenças culturais, religiosas e sexuais; onde se possa construir um mundo mais solidário e justo e menos competitivo e violento.

É preciso pensar o ensino de Sociologia no contexto real no qual o mesmo está inserido. Os professores precisam compreender a multidimensionalidade do processo didático, isto é, devem-se articular as dimensões humana, técnica, política e social que permeiam o processo de ensino. É necessário realizar uma práxis de fato, buscar a aproximação entre teoria e prática nos cursos de formação inicial tendo como foco ampliar o espaço para a reflexão. Portanto, a Sociologia possa ser considerada subversiva por instigar a contestação, o questionamento, a mobilização política; uma ação que vise a transformação da sociedade por meio de seus conteúdos e conceitos; então que ela seja a mais subversiva possível.

Concluiu-se que junto à Sociologia, fica ameaçada a formação crítica e o aprofundamento nas temáticas sociais, políticas, culturais e econômicas. A sua colocação enquanto disciplina de considerável formação humana e analítica não pode se perder. Para impedir mais retrocessos é fundamental, no curto prazo, um acompanhamento no tocante às próximas decisões em torno do debate da BNCC. No longo prazo, é preciso uma reorientação nas atuais políticas destinadas ao setor educacional - mais voltadas para a cidadania e menos para os interesses do mercado.

## Referências

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem**. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 982, de 8 de novembro de 1890. **Altera o regulamento da Escola Normal da Capital Federal**.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei Orgânica do Ensino Secundário**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Médio**, Brasília, 2017.
- CUNHA, L. A. **Educação e sociedade no Brasil**. In: BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico nº 11 a nº 14 – ANPOCS: o que se deve ler em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 1987.
- FERREIRA, W.; SANTANA, D.C. **A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia**. Revista Perspectiva Sociológica, v.54, n.21, p.41-53, 2018.
- MANNHEIM, K. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2012.
- MOURA, D. H.; FILHO, D. L. LIMA. **A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais**. Revista da Escola de Formação da CNTE (ESFORCE), v.11, n.20, jan./jun. 2017.
- SANTOS, M. B. dos. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal**. [Dissertação de Mestrado em Sociologia], Universidade de Brasília, 2002, 191p.